

BANCO MASTER/Banco vai pedir para atuar como assistente no caso BRB na acusação

» ISABELA BERROGAIN

O Banco de Brasília (BRB) vai pedir autorização à Justiça para atuar como assistente de acusação no processo relacionado à operação com o Banco Master. A decisão foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração (Consad), na sexta-feira. O pedido vem após a investigação de um esquema de fraudes envolvendo o Master, resultado da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal.

Professor de economia do

Ibmec Brasília, João Gabriel Araújo explica a decisão do banco público do Distrito Federal. “O BRB, com receio de perder investidores e correntistas, está buscando auxiliar a Justiça, por meio da nova presidência, para que não sejam vazados investimentos para outras instituições, principalmente as do setor privado, concorrentes do BRB”, aponta o economista. Na sexta-feira, Nelson Souza tomou posse como presidente do banco, após ser sabatinado pela Câmara Legislativa e aprovado pelo Banco Central na terça-feira.

“Dado o comprometimento da

reputação da instituição bancária em razão do envolvimento em tais acusações, os investidores estão receosos em manter os seus ativos dentro do BRB e tendem a deslocarem para outras instituições”, avalia.

Para o economista, o BRB deve perder uma parcela de correntistas e investidores devido ao receio dos clientes e empresas em relação ao destino dos recursos. “Dado que foram verificadas fraudes e foi feita a liquidação do banco, isso afeta diretamente e indiretamente a credibilidade do BRB”, afirma João Gabriel.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Souza tomou posse como presidente do BRB na sexta-feira

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Como o diabo gosta

Houve um tempo em que juiz só falava pelos autos, havia pudor em ostentar riqueza, especialmente as súbitas, parlamentar respeitava o eleitor ou ao menos fingia respeitá-lo e ofensas e agressões custavam o ostracismo social. Onde está esse Brasil? Ele existiu?

A sensação difusa é a de que estamos numa era de desordem moral e institucional, em que regras são barganhadas à luz do dia, gastos públicos explodem sem contrapartida de arrecadação ou de corte de outros gastos e os episódios de irresponsabilidade já não chocam. Só confirmam a degradação silente infiltrada no Estado nacional.

A deterioração não decorre de um único governo ou partido, é um projeto de décadas. As tais pautas-bomba e as despesas excluídas da lei orçamentária para maquilar o resultado das metas fiscais corroem os compromissos e anulam promessas de responsabilidade.

Multiplicam-se as exceções contábeis, como o economista Felipe Salto demonstra didaticamente, enquanto governante e ministros posam de guardiões do erário, com a omissão dos controladores.

A política social, tratada como instrumento eleitoral, virou um labirinto sem direção: Cadastro Único desatualizado, benefícios sem verificação de vínculo, programas sobrepostos etc. formam um sistema que gasta muito e resolve pouco. O diagnóstico do Tribunal de Contas da União é devastador: o Estado é pródigo em gastar e pobre em entregar. A infraestrutura e a produtividade se arrastam, enquanto 45% da população figuram em cadastros de assistência.

Não se emancipa ninguém sem método; cria-se dependência permanente.

Esse populismo fiscal não dialoga com a realidade de um país que precisa crescer, investir e elevar a produtividade. Ao contrário do que pregam discursos sentimentais, responsabilidade fiscal não é antônimo de justiça social — é a pré-condição para que exista.

Informalidade e estagnação

O desemprego está na mínima histórica, mas a informalidade segue em torno de 40% há uma década. O emprego gira sem avançar, se a renda sobe porque mais gente trabalha, não porque a produtividade cresceu. A economia se viciou no aditivo das transferências.

Enquanto isso, a economia formal carrega encargos sufocantes, um incentivo à proliferação de MEIs e PJs como rotas de fuga do ônus tributário, não como estratégia produtiva. Resultado: mantém-se um emprego socialmente precarizado e de baixa produtividade — suficiente para sustentar uma sensação de bem-estar imediato, mas incapaz de criar prosperidade duradoura.

Os paradoxos são multifacetados, como na geração de eletricidade, o insumo que alicerça a economia digital. Nossa oferta é crescente e, ainda assim, a conta de luz sobe mais que a inflação. O avanço desordenado da geração distribuída, a dependência de térmicas nas horas críticas e a perpetuação de subsídios implicam tarifas altas e um sistema permanentemente tensionado.

Temos potencial elétrico extraordinário, mas pagamos por ele como um país com carência energética — distorção típica de governos que não planejam nem conciliam os interesses nacionais e os privados.

Na segurança, outro colapso: a população, sobretudo na periferia, apoia operações policiais brutais movidas pelo desespero diante de facções que ocupam o vazio do Estado para extorqui-la e impor sua lei. A degradação institucional emerge com sua face mais perversa.

O mundo mudou. Nós paramos

A crise de integridade nas democracias se repete em toda parte. A “Anything Goes Era”, como definiu a revista inglesa *The Economist*, ou, sem firula, “Era do ‘Quero Levar Vantagem’”, descreve um mundo em que a erosão de normas, o vale-tudo e o personalismo corroem o prestígio das instituições. A fronteira entre influência legítima e captura privada do interesse maior se estreitou perigosamente.

Esse cenário adverso coincide com transformações profundas, que se tornaram inevitáveis. Segundo estudo da consultoria Bain, esse é o tempo das Grandes Transformações: “a globalização agora é pós-globalização. E a superabundância de capital? Acabou. Mão de obra abundante e urbanização? Não e não de novo”.

Em momentos assim, países que não fazem apostas explícitas ficam prisioneiros do passado. O Brasil, hoje, faz apostas no escuro.

Nossas escolhas — fiscais, sociais, energéticas, tecnológicas — são previsões mascaradas. A ausência de clareza estratégica é, na prática, uma aposta de alto risco na inércia. Países que prosperam fazem o oposto: mapeiam suas vantagens, testam as suas convicções, não receiam ousar, e corrigem o rumo enquanto avançam.

O país precisa reencontrar a sua bússola, começando pelo básico: reconstruir o Estado, elevar a produtividade, ordenar os programas sociais, reformar o gasto público, promover a segurança em bases profissionais, multiplicar o investimento ainda muito baixo para o vulto das novas demandas, e priorizá-lo para a geração de energia limpa, para as tecnologias de fronteira e a indústria avançada.

O que é preciso entender

No fim das contas, a pior armadilha é acreditar que decadência é destino, embora seja apenas o preço de não mudar quando o mundo já mudou. Mudar não é só reformar sem saber aonde chegar. Sabemos?

Tirando um punhado de abnegados, a maioria está alheia até mesmo à urgência das transformações. Cobra-se muito do Congresso como se os demais Poderes da República, o Executivo e o Judiciário, fossem utopistas do novo tempo. Não são, ou não estariam batendo cabeça enquanto se acusam, se agredem e discorrem sobre platitudes.

Antes de tudo, a urgência que se impõe é de um plano para que não sejamos irrelevantes no teatro global. O país entrará em 2027 com quatro vantagens simultâneas raras no mundo: fatura energética, mineral e hídrica. Mas com programas de eficiência não realizados no setor público, baixa produtividade sistêmica, setor empresarial fragmentado e não engajado em missões nacionais e pressão social.

O fato é que a aparência de normalidade na economia disfarça nossa fraqueza tecnológica e chegou no limite com as tantas pautas-bomba vindas ora do Congresso, ora do governo, sempre por politicagens e não por necessidade.

Mas quem se importa em apurar se faz sentido a lei orçamentária de 2026 prever subvenções de R\$ 32 bilhões para entidades com fins lucrativos? Uma fintech cobrar juros mensais de 16,9% ao mês (ao mês!), sem ter agências nem atendimento próprio, numa clara assimetria regulatória com a banca tradicional?

Precisamos de um plano de desenvolvimento para os próximos quatro anos, precisamos de gente que constrói e gosta de riscos, pôr eixo na governança da coisa pública. Mas já fará grande diferença tirar do pedestal o tanto de vigaristas masters que estão em toda parte.



OS AVANÇOS DO NORDESTE

em prol de uma região forte, integrada e competitiva

O Nordeste brasileiro vive um momento decisivo, marcado por crescimento econômico, inovação e fortalecimento das políticas públicas. Para discutir esses avanços e os desafios que ainda persistem, reuniremos autoridades, especialistas e lideranças em um encontro dedicado à reflexão estratégica sobre o futuro da região.

Mediadores



Carlos Alexandre
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense



Denise Rothenburg
colunista do Correio Braziliense

Convidados



Wanger Rocha
presidente do Banco do Nordeste



Cassiano Pereira
presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB)



Marcello Cabral
diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica)



Ricardo Capelli
presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)



Pedro Lima
secretário de Desenvolvimento Regional do Consórcio Nordeste



Uallace Moreira
secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC)



Ana Euler
diretora-executiva de Inovação, Negócios e Transferência de Tecnologia da Embrapa

INSCRIÇÕES GRATUITAS

04/12

a partir das 8h30

auditório do
Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lt. 340



Apoio:



Realização:

